

Sábado, 05 de Setembro de 2026

Operação policial em Mato Grosso resulta na prisão de cinco suspeitos por tortura e cárcere privado

Polícia Civil prende envolvidos em sequestro e torturas em Pedra Preta; quatro vítimas foram resgatadas

Em ação coordenada na noite de sábado (18), agentes da Polícia Civil de Mato Grosso, com reforço da Polícia Militar, efetuaram a prisão de cinco pessoas em Pedra Preta. Os detidos são investigados pelos crimes de tortura, sequestro, cárcere privado e participação em organização criminosa de natureza ultraviolenta.

A operação foi deflagrada a partir de uma denúncia anônima que relatava o desaparecimento de quatro mulheres, com idades entre 18 e 28 anos, mantidas aprisionadas em uma residência local. Conforme as informações recebidas, as vítimas estariam sofrendo práticas coercitivas conhecidas como "salve", mecanismo de castigo utilizado por organizações criminosas para punir membros ou pessoas que desrespeitam as normas da facção.

Ao se aproximarem do local indicado, os policiais encontraram resistência: alguns dos acusados tentaram destruir dispositivos eletrônicos e empreenderam fuga saltando muros das casas vizinhas, buscando prejudicar o andamento das investigações. A equipe conseguiu localizá-los e efetuar as capturas.

De acordo com os relatos das mulheres resgatadas, elas haviam sido levadas ao imóvel no período da tarde e permaneceram sob vigilância constante de aproximadamente oito indivíduos. Elas afirmaram terem recebido ameaças de agressão corporal, sendo informadas de que sofreriam castigos físicos em consequência de um conflito ocorrido dias antes em um comércio da cidade. O objetivo dos detentores era infundir terror e medo nas vítimas.

As quatro mulheres foram resgatadas com bem-estar físico preservado, sem apresentarem lesões externas significativas. Os cinco presos foram identificados como três homens (18, 23 e 25 anos) e duas mulheres (18 e 46 anos). Todos foram encaminhados à Delegacia local, onde receberam as tipificações legais: tortura, sequestro, cárcere privado e integração em organização criminosa, conforme previsto na legislação penal vigente.

A autoridade policial solicitou a conversão das prisões em preventivas, pleito que foi deferido pelo Judiciário para quatro dos investigados. No caso de uma das mulheres detidas que se encontrava em período de amamentação, o juiz optou por substituir a medida privativa de liberdade por prisão domiciliar, permitindo que ela permaneça com o filho enquanto responde pelos crimes.